



### SUPLEMENTO IMOBILIÁRIO

## Novo imposto sobre o património afeta classe média e afasta investidores

Págs. 4 e 5

### TECNOLOGIAS

## Oracle apresenta nova plataforma Cloud e concorre com a Amazon

Pág. 12



### PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVÓLUCRO FECHADO DE PLÁSTICO OU PAPEL PODE ABRIR-SE PARA VERIFICAÇÃO POSTAL  
DE01952015CE



TAXA PAGA PORTUGAL CONTRATO Nº 594655

Nº 1655 / 23 de setembro 2016 / Semanal / Portugal Continental 2,20 €

DIRETOR João Peixoto de Sousa

# VidaEconómica

EMPRESAS, NEGÓCIOS, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

[www.vidaeconomica.pt](http://www.vidaeconomica.pt)

PUB

INDICA NUNO SANTOS, DIRETOR-GERAL DA FILIAL PORTUGUESA



## Cabify faz “mira” ao mercado de frotas empresariais

Págs. 46 e 47

### TURISMO

#### Enoturismo valoriza ligação ao território e atrai investimento

Págs. 28 e 29

### NEGÓCIOS E EMPRESAS

#### Ateknea apoia o financiamento de mais de 170 projetos de PME

Pág. 19

### TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

#### Digitalização das empresas é um ponto sem retorno

Págs. 26 e 27

### MERCADOS

#### Acionistas desblindam BPI e OPA do CaixaBank tem caminho aberto

Pág. 10

EMPRESAS E SINDICATOS OUVIDOS PELA “VIDA ECONÓMICA” CONVERGEM

## Conciliação entre empresas e trabalhadores reduz pendências nos tribunais

Págs. 6 e 7



### SAIBA COMO FINANCIAR OS SEUS NEGÓCIOS.

Consulte-nos em: [www.incentivosfinanceiros.com](http://www.incentivosfinanceiros.com)

### AUDITORIA

## Sonae Sierra é dona de um dos maiores edifícios da Alemanha

Pág. 5

### DÍVIDA

## Portugal financia-se em 2,25 mil milhões com juros negativos

Pág. 4



9 720972 000037

Sabia que pode **umentar a produtividade da sua PME em 40%** utilizando uma solução de software integrada?

Saiba mais em 808 200 482 • [apoioaocliente@sage.pt](mailto:apoioaocliente@sage.pt) • [www.sage.pt/sage-business-suite](http://www.sage.pt/sage-business-suite)

sage Business Suite

## APEMIP alerta para injustiça de novo imposto sobre o imobiliário

A Associação dos Profissionais e Empresas de Mediação Imobiliária de Portugal (APEMIP) alerta para a injustiça de tributar o património imobiliário global detido pelos proprietários. Sai penalizado quem investiu as suas poupanças e todo o mercado imobiliário, em especial o segmento do arrendamento. “A criação de um novo imposto sobre o património altera as regras a meio do jogo e terá efeitos devastadores”, avisa a associação em comunicado.

## Centeno apela a eurodeputados para eventual suspensão de fundos

O ministro das Finanças, Mário Centeno, está preocupado com uma eventual suspensão dos fundos estruturais, tendo em conta o forte impacto que resultaria na nossa economia. Como tal, decidiu enviar uma missiva aos eurodeputados das comissões parlamentares envolvidas no diálogo estruturado entre o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia. Nessa carta, Centeno explica como tal decisão seria injusta e contraproducente.

EMPRESAS E SINDICATOS OUVIDOS PELA “VIDA ECONÓMICA” CONVERGEM

# Conciliação entre empresas e trabalhadores reduz pendências nos tribunais

As conciliações, nomeadamente nos processos judiciais de trabalho, além de céleres, podem contribuir para reduzir as pendências nos tribunais e, com isso, também satisfazer as pretensões de empresas e trabalhadores, diminuindo até o risco para ambas as partes decorrente da necessidade de produzir prova em julgamento. A opinião é consensual entre as empresas e os sindicatos ouvidos pela “Vida Económica”.

Ainda assim, Ana Ribeiro dos Santos, advogada do Sindicato da Alimentação do Norte, diz que “o que poderia contribuir para reduzir as pendências nos tribunais seria uma maior aposta no recurso ao Sistema de Mediação Laboral e à Arbitragem Laboral”. Isso, sim, poderia “constituir uma alternativa real aos tribunais”.

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A advogada Inês Coelho Simões, da sociedade Macedo, Victorino & Associados, é perentória. Considera, em declarações à “Vida Económica”, que é “essencial que se aposte na conciliação, que se atribua o peso devido às diligências que visam pôr fim aos processos por acordo e, sobretudo, que isso não aconteça simplesmente para reduzir o número de ações que estão pendentes, mas para que se alcance de forma mais rápida a paz social e o entendimento entre

## Mais de metade dos litígios termina por acordo

as partes, tal como preconiza o Código do Processo de Trabalho”.

A jurista reconhece que “há quem defenda que as tentativas de conciliação presididas pelo juiz, principalmente as que têm lugar em audiência de partes, não têm qualquer utilidade e que são uma maneira de alguns juizes forçarem as partes a fazer um acordo que as partes não querem fazer e libertá-los do trabalho de ir para julgamento”. Mas esta não é, de todo, a sua opinião. Para Inês Coelho Simões, “a fase conciliatória tem que existir, e tem que existir mais do que uma vez na pendência do processo porque, caso contrário, não é com grande facilidade que os advogados - quer o do empregador, quer o do trabalhador - dão o braço a torcer e resolvem telefonar à contraparte a perguntar se quer fazer um acordo e desistir do processo”. Por outro lado, a advogada considera que “também compete ao advogado alertar para o facto de que um acordo se apresenta quase sempre mais vantajoso”. Isto porque “dispensa a incerteza da prova a produzir em audiência de julgamento, bem como as custas e honorários associados à delonga do processo e a agudização do litígio que, invariavelmente, ocorre no decorrer do julgamento”.

## Dificuldade de trazer colegas de trabalho a julgamento

A “Vida Económica” também questionou a advogada do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Norte (STIANOR), Ana Ribeiro dos Santos, sobre se deveria haver uma maior aposta na conciliação. A jurista começa por dizer que “para processos em curso não, uma vez



que a primeira diligência a ter lugar num processo em curso é já, precisamente, a que visa a conciliação das partes, sob a égide do tribunal”. Mas o que em sua opinião reduziria as pendências era “uma maior aposta no Sistema de Mediação e Arbitragem Laboral, as quais, não obstante já existirem em Portugal, infelizmente ainda não se encontram suficientemente regulamentadas de forma a poderem constituir uma alternativa real aos tribunais, nem tão pouco divulgadas junto do cidadão comum”. Para a advogada do STIANOR, “uma aposta na implementação efetiva destas alternativas contribuiria para canalizar para aí grande parte dos conflitos laborais”.

Questionada sobre os resultados das conciliações, Ana Ribeiro dos Santos revela que, nos processos que patrocinava, “os conflitos laborais terminam, diria que mais de metade das vezes, por acordo”. Um desfecho pelo qual “os trabalhadores as mais das vezes optam, não tanto movidos

pela pura e singela vontade de se conciliarem, mas mais pela dificuldade, que em sede de julgamento receiam vir a ter, de fazer prova do alegado”.

É que, diz a jurista, “se há processos em que a prova testemunhal ainda é mais rainha são os laborais”, nos quais “os colegas de trabalho [do trabalhador] são as provas-chave” na maior parte dos casos. No entanto, “a dificuldade em trazê-los a julgamento para prestarem depoimentos”, por “recearem vir a ser prejudicados” pelas suas entidades patronais, é “um fator desencorajador do prosseguimento dos autos para os trabalhadores”.

Sem prejuízo disso, diz Ana Ribeiro dos Santos, “da experiência que temos tido no Sindicato, os acordos obtidos têm sido satisfatórios, dadas as circunstâncias que os conformam e, na sua maioria, têm sido cumpridos”. Alguma taxa de incumprimento a que se assiste, diz, “costuma ser já um prenúncio da insolvência da entidade patronal”.

## “Grande número de empresas de construção civil em insolvência”

Igualmente contactado pela “Vida Económica”, Albano Ribeiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, começa por frisar que a estrutura que dirige “procura sempre solucionar os problemas através da via do diálogo e, apenas quando não é possível o entendimento por essa via, então recorre à via judicial”. No entanto, “sempre se procura construir entendimento antes do processo seguir para audiência de discussão e julgamento, para que o nosso associado possa ser ressarcido o mais rápido possível dos seus créditos”.

Questionado sobre o cumprimento dos acordos, Albano Ribeiro revela que “existem acordos que são cumpridos na íntegra e outros em que se torna necessário partir para a via da execução e/

## Capitalização da CGD não terá impacto no défice

O primeiro-ministro, António Costa, deixou a garantia que a capitalização da Caixa Geral de Depósitos não terá efeitos no défice orçamental. Esta certeza do governante advém de afirmações feitas pela Comissão Europeia. Por sua vez, a capitalização do banco estatal será realizada de forma faseada, isto é, de acordo com as necessidades de liquidez. Por sua vez, a capitalização será realizada de acordo com as regras de mercado. O Eurostat não deverá tomar uma posição contrária à de Bruxelas, assume o primeiro-ministro.

## Governo insiste na devolução de rendimentos

O secretário de Estado pela gestão do financiamento, Mourinho Félix, insiste que o Governo vai continuar a devolver os rendimentos aos cidadãos e que as metas orçamentais serão cumpridas. O governante desvalorizou os avisos da Comissão Europeia quanto ao abrandamento do crescimento económico, considerando que as fragilidades estão a ser atenuadas, especialmente no setor financeiro. Lembra que o país está a recuperar de um programa de ajustamento muito duro e que é necessário tempo para melhorar a situação.

## Regime do gasóleo profissional pode reanimar economia das regiões fronteiriças

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A entrada em vigor do período experimental do regime de gasóleo profissional em 55 postos de abastecimento de combustíveis de oito concelhos em quatro zonas fronteiriças do país para as empresas de transporte de mercadorias, assim como a possibilidade de abertura de mais novos postos até aqui desativados nessas zonas raianas, pode “trazer uma nova dinâmica” e criar “mais-valias para a economia destas regiões”.

A ideia foi transmitida à “Vida Económica” por Gustavo Paulo Duarte, presidente da ANTRAM - Associação Nacional de Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias, que está ciente de que, para além destes 55 postos de abastecimento para gasóleo profissional, há antigos postos desativados há vários anos que podem agora ser reabertos. A “Vida Económica” sabe, aliás, que há movimentações de algumas companhias petrolíferas nesse sentido, e que estão já a realizar estimativas orçamentais para obras de readaptação face à atual legislação, com vista a reabrirem esses antigos postos a breve prazo.

Para já, a fronteira de Quintanilha terá 13 postos de abastecimento com gasóleo profissional, Vilar de Formoso 17, a fronteira do Caia 14 e a de Vila Verde de Ficalho 11 postos.

“As fronteiras e as povoações vivem das passagens e das paragens, nomeadamente dos camiões de transporte de mercadorias, e se, a partir de agora, interessar passar e parar para abastecer é positivo”, frisa Gustavo Paulo Duarte, ciente de que “os novos postos de combustível vão criar emprego direto” e, por essa via, “mais-valias para a economia local daquelas povoações”.

O presidente da ANTRAM elogia a atitude do Governo de eliminar o diferencial de 13 centimos relativamente aos impostos específicos sobre combustíveis, com isso colocando a carga fiscal equivalente à praticada em Espanha. Uma medida que deverá fazer aumentar os abastecimentos em Portugal, travando a fuga para Espanha, e assim compensar a devolução estimada de 135 milhões de euros às transportadoras, com a redução do imposto sobre Produtos Petrolíferos (ISP).



Gustavo Paulo Duarte, presidente da ANTRAM - Associação Nacional de Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias.

## “As fronteiras e as povoações vivem das passagens e das paragens, nomeadamente dos camiões de mercadorias, e se, a partir de agora, interessar passar e parar para abastecer é positivo”

## “Foi precisa muita coragem política”, diz a ANTRAM

“Foi preciso ter muita coragem política, porque esta era uma medida que tinha tudo para correr mal, mas que pode correr bem, porque significa um novo ‘mindset’ na forma de fazer transporte e pode trazer uma nova dinâmica à economia das regiões fronteiriças”, disse Gustavo Paulo Duarte à “Vida Económica”.

Numa fase inicial e até ao final do ano, o regime do gasóleo profissional será testado em oito

concelhos de quatro fronteiras com significativo movimento de transporte de mercadorias (Almeida, Guarda, Elvas, Estremoz, Serpa, Beja, Bragança e Macedo de Cavaleiros). Em 2017 será implementado em todo o país.

Segundo o novo regime, o reembolso do imposto sobre os combustíveis será efetuado pelas gasoleiras, o que deverá suceder no prazo de 90 dias após a comunicação à Autoridade Tributária do respetivo abastecimento.

Questionado pela “Vida Económica” sobre se acredita que o Estado irá cumprir esse prazo, o presidente da ANTRAM diz que sim. Tanto mais porque, “se as transportadoras virem que não são reembolsadas dentro desses 90 dias, passarão a ir de novo a abastecer a Espanha, o que não interessa ao nosso país”.

Recusando para já um balanço da aplicação experimental deste regime do gasóleo profissional — “as companhias petrolíferas é que têm esses dados” —, Gustavo Paulo Duarte revela, contudo, que tem “recebido ‘feedback’ positivo” de várias transportadoras que passaram a abastecer nos postos fronteiriços em Portugal. Contudo, conclui, “o real impacto ainda não é possível medir”.